

Diário de bordo

Sustentabilidade e saudabilidade



Roberto Rodrigues*

O TEMA sustentabilidade está mais do que incorporado ao vocabulário dos produtores rurais do mundo todo e vem determinando novas tecnologias que consideram as melhores condições de vida das gerações vindouras.

No entanto, há um outro lado, menos midiático, e que alavanca a indústria alimentícia: é a saudabilidade.

Trata-se da busca por alimentos cada vez mais saudáveis, em um mercado global com dois tipos de demanda: nos países emergentes, onde a renda *per capita* aumenta mais em relação à média mundial, as pessoas estão comendo mais; e, nos países desenvolvidos, estão comendo melhor.

Neste cenário demandante, a indústria de alimentos vem procurando lançar novidades com ênfase em produtos sem aditivos, sem preservativos ou conservantes, antialérgicos, com baixa caloria, e orgânicos. Também há um crescente mercado para vegetarianos, alimentos livres de glúten, éticos (produzidos sustentavelmente, inclusive nas embalagens), étnicos (como alimentos Kosher) e práticos (para micro-ondas).

O maior craque brasileiro do *marketing* rural, José Luiz Tejon escreveu para a *Revista Agrimotor* artigo sobre o assunto, chamando a atenção para as oportunidades aí embutidas aos agropecuaristas e suas cooperativas.

Pesquisando o *site* Global New Products Database, Tejon encontrou informações bem interessantes: cerca de 400 novas apresentações de produtos alimentícios, bebidas e *pet food* são lançados por dia em todo o mundo. Isto equivale a 17 lançamentos por hora.

E, neste campo, o Brasil está em excelente posição, empatado com a Alemanha, já é o segundo país em lançamentos, perdendo apenas para os Estados Unidos, e à frente do Reino Unido e da Índia e China (dados de 2009).

No artigo, Tejon aponta quais os segmentos mais lançados no mundo: doces e biscoitos, *snacks* e salgadinhos, molhos e temperos, bolos, tortas e doces em geral; produtos de carne e pesca; pastas e macarrão; comidas pré-preparadas e vegetais.

Aqui vão duas boas notícias: a primeira é que nossa indústria de alimentos está bem na foto, é a segunda colocada em número de novidades no ano passado; e a segunda é que podemos crescer muito mais, uma vez que somos competitivos em todas as matérias primas para os lançamentos destacados, como açúcar, carnes e grãos, dentre outros produtos.

E temos um mercado interno que avança nas duas direções já referidas: na quantidade e qualidade dos alimentos demandados. Ora, sendo competitivos internamente, seremos também globalmente.

Portanto, os fazendeiros brasileiros têm muito a fazer para agregar valor à sua produção, especialmente por meio de suas cooperativas e integrações. É fundamental que se articulem com os canais de distribuição, sobretudo no varejo, por meio dos grandes supermercados.

Mãos à obra. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Discriminação ao agronegócio



J. Reis

Cesário Ramalho da Silva*

O PROGRAMA Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) esta carregado de conteúdo autoritário, anacrônico e ideológico. O documento foi alvo de uma saraivada de críticas pela sua ameaça ao direito de propriedade, à legitimidade de instituições, à liberdade de imprensa e ao pluralismo religioso. Vamos analisá-lo no âmbito dos princípios democráticos.

Especificamente em relação ao direito de propriedade, ao defender audiências públicas como primeira instância para ocorrências de invasão, sejam elas rurais ou urbanas, o PNDH instantaneamente divide a posse do imóvel entre proprietário e invasor.

Por sua vez, com o recurso do pedido de reintegração de posse ao Judiciário, o proprietário seria obrigado a sentar à mesa com quem invadiu sua terra para negociar o que já é seu. A concretização dessa situação resultaria no aumento da insegurança jurídica. Isso provocaria desestímulo aos investimentos, seja de origem nacional e internacional.

Além do risco do direito à propriedade, o documento ventila ainda a adoção de novas tecnologias, como biotecnologia e nanotecnologia, e mais a aprovação de licenciamentos ambientais, ao crivo de comissões sindicais, organizações não governamen-

Opinião

Multiplicar os peixes



João Sampaio*

tais (ONGs) e movimentos políticos disfarçados de sociais, entre outros.

Isso vai de encontro ao pensamento do próprio presidente Lula, que defende, por exemplo, que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) conduza seus trabalhos, com base em critérios técnico-científicos. Para a Sociedade Rural Brasileira, essa ação institucional em é outro risco o agronegócio, que tanto contribui para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

O fato é que o apoio à criação de enaves para reintegração de posse, por exemplo, estimula a tensão no campo. Isso serve apenas desestabilizar o agro e o processo contínuo de transferência de benefícios socioeconômicos do setor para a sociedade, com a de idéias na agenda pública, que já foram desacreditadas no século passado.

A crença que um Estado “super poderoso” seja sinônimo de melhores dias é retrocesso, significa regredir na história. Embora não seja o modelo perfeito, e já vimos que não é, vide a recente crise financeira, o capitalismo é o regime que melhor possibilita a busca pela independência econômica de quem quer que seja.

Olhando para frente, o que nos cabe questionar agora é se este tipo de pensamento deve nortear a política pública. Será que é disso que o Brasil precisa? ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

QUANDO DISCUTIMOS atividades econômicas agropecuárias em reuniões pelo Brasil, há sempre um interlocutor que registra a piscicultura continental como de potencial ilimitado.

A pergunta é: o que falta para a piscicultura deslançar, a exemplo do que já ocorreu com a avicultura há mais de 20 anos? Quais são os modelos que devem ser importados de outros setores para a atividade? As respostas passam por um ponto central, a produção. Mesmo com crescimento de 40% nos últimos cinco anos, a quantidade produzida ainda fica aquém do necessário para formar mercados consolidados.

A indústria de transformação, o processamento e a comercialização estão à frente da área de produção. O elo do criador de peixes precisa de maior competitividade diante da alimentação de alto custo, pouca tecnologia na ração, altas perdas e falta de organização do setor.

O Brasil tem uma produção de cerca de 1 milhão de toneladas anuais de pescado. Desse total, São Paulo produz 65 mil toneladas, na nona posição entre os estados brasileiros. O crescimento do pescado continental paulista tem sido ao redor de 15% ao ano, sendo que praticamente 40% da produção são originários de processo de criação.

Entretanto, o dado importante está no mercado latente. A importação anual de pescado pelo Brasil totaliza 180 mil tone-

ladas, com aumento de 50% nos últimos cinco anos. O estado de São Paulo é responsável por 60 % desse volume no que se refere à compra e distribuição, inclusive para outros estados. Portanto, a produção em larga escala é o gargalo e a oportunidade da piscicultura.

Para inserir a piscicultura continental entre as atividades agrícolas do produtor, é preciso superar os obstáculos e estudar modelos de integração e consórcio na cadeia produtiva. As superfícies de água paulista, passíveis de serem utilizadas para criação somam 1 milhão de hectares. Algumas iniciativas vão nesta direção, principalmente nos criadouros de tilápias. A região noroeste do estado é uma das mais privilegiadas, tanto é que a Secretaria de Agricultura inaugura nos próximos dois meses o Centro de Pescado Continental, área de pesquisa dedicada ao estudo e experimentos de manejo e gestão. Na mesma região, há um frigorífico que trabalha em parceria com produtores em tanques-rede nas represas; outro deve ser instalado. A combinação da produção, do processamento e da comercialização de pescado também está no planejamento de outro empreendimento na região de Franca.

Em outros estados, como Mato Grosso, projetos de empresas do setor alimentício apostam na piscicultura continental e na criação de marcas próprias do produto processado. Santa Catarina, Pernambuco e o Ceará já têm fazendas voltadas à exportação e nichos de mercado no Brasil.

Nas áreas de pesquisa, o Instituto da Pesca da secretaria atua no manejo, aproveitamento de resíduos no processamento e também trabalha na Câmara Setorial de Aquicultura e Pesca para integrar os agentes produtivos na busca de qualidade e escala e na sua organização comercial. A multiplicação dos peixes é um processo que se antecipa ao futuro como mais uma oportunidade de renda para produtores e empresas. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo